

## 1 ATA DA 48ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL 2 DOS DIREITOS HUMANOS – CEDH

3 Aos vinte e um dias do mês de junho de dois mil e vinte e um, em ambiente web,  
4 por meio da ferramenta do Google Meet, às 13h30, compareceram na Plenária do  
5 Conselho Estadual dos Direitos Humanos(CEDH), os seguintes conselheiros  
6 eleitos: **representantes da sociedade civil**: Cynthia Maria Pinto da Luz (Centro  
7 de Direitos Humanos Maria da Graça Braz – CDH-Joinville); Erli Camargo  
8 (Fundação Instituto Nereu Ramos – FINER); Ana Ludvig, representante titular  
9 (Centro de Direitos Humanos de Brusque), Ricardo Maes, representante suplente  
10 ( Central Única dos Trabalhadores – CUT-SC), Fabrício Gastaldi, representante  
11 titular (Acontece Arte e Política LGBTI+), Celina Duarte Rinaldi, representante  
12 titular ( Instituto Gentes de Direitos – IGENTES), Maria Lúcia Haygert,  
13 representante suplente (Instituto Memória e Direitos Humanos da Universidade  
14 Federal de Santa Catarina – IMDH-UFSC), Maria del Carmen, representante  
15 titular (Instituto Memória e Direitos Humanos da Universidade Federal de Santa  
16 Catarina – IMDH-UFSC), Daiane Possamai, representante titular ( Instituto  
17 Catarinense de Juventude – ICJ), Lucilene Binsfeld, representante titular ( Central  
18 Única dos Trabalhadores -CUT-SC), Isadora Conservano, representante titular  
19 (Cáritas Brasileira), Nasser Haidar ( Centro dos Direitos Humanos Maria da Graça  
20 Braz), Rafaela Felipe Kohler ( Centro de Direitos Humanos de Brusque), e  
21 **representantes governamentais**: Fabiana de Souza (Secretaria de Estado de  
22 Desenvolvimento Social - SDS), Josiane Melo (Secretaria de Estado da  
23 Administração Prisional e Socioeducativa – SAP), Maria Benedita da Silva Prim  
24 (Secretaria de Estado da Educação – SED); Luciano Carmo Pereira (Secretaria  
25 de Estado da Fazenda – SEF); Ludmila Malta (Secretaria de Estado da Saúde –  
26 SES), Elias Romão (Instituto do Meio Ambiente – IMA), Fabiana Lopes Ribeiro  
27 (Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico e Sustentável – SDE),  
28 Cláudio Márcio Araújo da Gama (Secretaria da Casa Civil – SCC), Carolina Surita  
29 ( Secretaria de Estado da Segurança Pública – SSP) e **como**  
30 **convidados/as**:senhora Yara Hornke como membro da Comissão Permanente  
31 de Monitoramento de Violações em Direitos Humanos,Cyntia (estagiária da  
32 Gerência de Políticas para Mulheres e Direitos Humanos) e o senhor Daniel Paz  
33 dos Santos ( Movimento Nacional da População em situação de rua).E, Manuela  
34 Ribeiro (Secretária do CEDH/SC).A **plenária é aberta (1)** pelaCynthia Maria Pinto  
35 da Luz (CDH- Joinville) dando as boas-vindas a todos/as e, manifestou sua  
36 felicidade com a presente pauta que mostra a real situação no dia a dia do estado  
37 de Santa Catarina.Continuou seu relato dizendo que no próximo período os  
38 organismos de controle social precisarão de muita força e união para estar  
39 fazendo frente as inúmeras perdas de direitos e violências de Direitos Humanos  
40 que vêm acontecendo. Cynthia (CDH- Joinville) fez a **leitura da pauta (2)** para  
41 aprovação e considerações. Foram unificados em um mesmo ponto de pauta os  
42 itens 4.4 e 4.5. Nesse momento o senhor Daniel Paz dos Santos (Movimento  
43 Nacional da População em situação de rua) entrou na reunião e foi saudado pela  
44 presidenta. A Secretária comunicou que o Daniel representava o Movimento  
45 Nacional da População em situação de rua. Daniel teve um momento de fala e  
46 solicitou que fosse discutido a questão do recolhimento dos pertences da  
47 população em situação de rua que estariam acontecendo de forma violenta. O  
48 convidado relatou que a abordagem social pela prefeitura de Florianópolis junto  
49 com a guarda municipal, a autarquia de Melhoramentos da Capital – COMCAP,  
50 Ministério Público e demais, estariam recolhendo os pertences daqueles e  
51 jogando no lixo. Daniel então pediu apoio ao Conselho. Cynthia (CDH – Joinville)  
52 se solidarizou com a situação apresentada pelo convidado e sugeriu que este  
53 assunto fosse discutido junto ao item que trata do resgate do Comitê Intersetorial  
54 de População de rua e, se possível que fosse adiantada essa discussão logo

55 após o item 1. A pauta é então aprovada por unanimidade. Indagada sobre as  
56 **justificativas de ausências(3)** a secretaria do conselho informou que não haviam  
57 sido apresentadas. Dando prosseguimento foi iniciado oitem **(4.1)** da pauta  
58 acerca da **Posse e da escolha da Mesa Diretora**. Cynthia (CDH-Joinville)  
59 mencionou que a documentação havia sido encaminhada ao gabinete e em  
60 seguida a Consultoria Jurídica (COJUR) da SDS e relatou que estava havendo  
61 problemas com a interpretação da lei pela COJUR, no que diz respeito as  
62 suplências. Complementou seu relato dizendo que inicialmente o entendimento  
63 era de que a suplência indicada da entidade, seria a suplência para a vacância na  
64 cadeira do Conselho. Então, Cynthia (CDH- Joinville) explicou que havia 2 (dois)  
65 tipos de suplência: uma suplência da entidade que ocupa a cadeira e outra  
66 suplência, que a lei diz que deve ser feita em forma de rodízio e que está mal  
67 elaborada na lei. Concluiu dizendo que o entendimento seria de que uma coisa se  
68 mistura com a outra. A presidente disse que foram prestados os esclarecimentos  
69 por meio de minuta com a interpretação do Conselho e mencionou que a Adriana  
70 (COJUR/SDS) responsável pelo processo havia dito que essa interpretação dada  
71 para o problema da suplência também estavaacontecendo em outros conselhos.  
72 Finalizou seu relato dizendo que sempre há problemas ao finalizar a publicação  
73 de um ato formal no jurídico, e; que apesar de haver toda uma cautela para não  
74 que seja publicado nada de forma errada, argumentou que há um distanciamento  
75 muito grande da dinâmica e uma regulamentação muito dificultosa da legislação  
76 que aprova o conselho. Lembrou que entre as duas gestões anteriores, nas quais  
77 esteve presente, a nomeação durou aproximadamente 6 (seis) meses para  
78 acontecer e ressaltou a importância de ser modificado alguns pontos na lei do  
79 Conselho posteriormente.Cynhtia (CDH-Joinville) abriu a palavra e foram feitos  
80 dois questionamentos: o primeiro da Maria del Carmen (IMDH-UFSC) quanto a  
81 possibilidade de assumir o cargo interinamente e o Fabrício Gastaldi (Acontece)  
82 quanto ao encaminhamento de Ofício ao gabinete da SDS solicitando urgência ao  
83 processo de nomeação. Cynthia (CDH-Joinville) informou que não havia a  
84 possibilidade de assumirem interinamente e complementou mencionando reunião  
85 com a procuradora Adriana e a mesma garantiu que assim que possível iria  
86 despachar para dar prosseguimento ao processo. Cynthia (CDH-Joinville)  
87 comentou que embora a sinalização da procuradora tivesse sido positiva nada  
88 impediria de ser convocada uma reunião extraordinária caso o problema saísse  
89 de controle de uma forma mais complexa. Nesse instante a presidente levantou a  
90 questão da presidência do conselho e da composição da Mesa Diretora. Num  
91 primeiro momento Cynthia (CDH-Joinville) explicou como se deu as duas  
92 primeiras presidências do CEDH, fez a leitura do parágrafo terceiro do artigo onze  
93 da lei nº 16.534/2014 e disse que, no seu entendimento, a presidência não  
94 necessariamente seria em forma de rodízio entre sociedade civil e poder público.  
95 Todos os presentes [virtualmente] concordaram. Então iniciou-se a escolha dos  
96 novos membros da Mesa Diretora, sendo exposto cada um dos cargos:  
97 presidente, vice-presidente, primeiro secretário e segundo secretário. Fabrício  
98 Gastaldi (Acontece) pediu a palavra e indagou se havia interesse dos membros  
99 do governo em estar fazendo parte da mesa diretora, se já havia alguma  
100 articulação entre, os mesmos, e da importância de assumir esse compromisso por  
101 parte daqueles. Fabiana de Souza (SDS) comentou a importância de uma Mesa  
102 Diretora paritária, destacou a força da militância da sociedade civil porém  
103 mencionou ser fundamental o governo estar presente na Mesa Diretora, assim  
104 como sua atuação no Conselho, uma vez que seria por meio desses que se  
105 encontram os caminhos a seguir dentro do poder público. Erli (FINER) manifestou  
106 ser de sua preferência que alguém da sociedade civil estivesse assumindo o  
107 CEDH em virtude de sua operância uma vez estando na posição de controle  
108 social. Nasser (CDH Maria da Graça Braz) mencionou que sendo este um espaço  
109 de se construir políticas e da necessidade de ser feito com efetividade um

110 controle social, seu entendimento seria a luta por manter a sociedade civil na  
111 presidência do Conselho. Apontou o estado como maior violador de Direitos  
112 Humanos mencionando não compactuar com o modo pelo qual o estado atua.  
113 Nasser ressaltou a importância da participação dos representantes  
114 governamentais na Mesa porque facilitaria as discussões e encaminhamentos,  
115 assim como, cobrar do poder público aquilo que deveria ser feito. Ana Ludvig  
116 (CDH Brusque) concordou em ter na presidência um representante da sociedade  
117 civil e comentou que assumindo um representante do poder público e sendo este  
118 um cargo comissionado, por exemplo, essa situação poderia gerar uma  
119 descontinuidade nas atividades do Conselho e finalizou lembrando da importância  
120 de se resolver as pendências jurídicas. Cynthia (CDH- Maria da Graça Braz)  
121 adiantou o **ponto de pauta (4.3)** acerca do **regimento interno** e explicou que  
122 havia um regimento interno aprovado pelo Conselho, mas não homologado pelo  
123 estado porque a lei da Constituição do estado diz que os Conselhos tem que ter 1  
124 (um) representante a mais na sociedade civil e não houve entendimento com a  
125 Consultoria Jurídica (COJUR/SDS). Cynthia (CDH Maria da Graça Braz)  
126 mencionou também o tumulto no governo do estado com as saídas do governador  
127 Moisés e expôs que a falta de formalização do regimento interno teria sido uma  
128 escolha do Conselho para adequá-lo à Constituição do estado. A palavra foi  
129 passada para o Cláudio Márcio (SCC) que cumprimentou a todos, se apresentou  
130 e perguntou sobre o regimento interno. Cynthia então solicitou que a Secretária  
131 fizesse o **encaminhamento da última versão do referido documento aos**  
132 **novos membros**. Dando prosseguimento foi feita a escolha da Mesa Diretora  
133 ficando definido da seguinte forma: **Fabrizio Bogas Gastaldi (Acontece Arte e**  
134 **Política LGBTI+), Celina Duarte Rinaldi (Instituto Gentes de Direitos –**  
135 **IGENTES), Cláudio Márcio (Secretaria da Casa Civil – SCC) e Ludmila Malta**  
136 **(Secretaria de Estado da Saúde – SES)**. Concluído este ponto foi introduzido o  
137 item **(4.6) Resgate do Comitê Intersetorial para acompanhamento e**  
138 **monitoramento das pessoas em situação de rua – CIAMP/SC**. A palavra é  
139 passada para Ludmila Malta (SES) que mencionou sobre a formação do CIAMP,  
140 totalmente estruturada, porém não oficialmente instituída. Ludmila (SES)  
141 comentou acerca da importância e necessidade de resgatar o funcionamento  
142 deste Comitê uma vez que a população em situação de rua estava sem nenhuma  
143 representatividade no controle social. Complementou seu relato dizendo que  
144 foram realizadas aproximadamente 5 (cinco) reuniões, sendo discutido já nas  
145 primeiras, o regimento interno, porém numa determinada reunião bastante  
146 tumultuada, o Comitê acabou se dissolvendo. Finalizou seu relato dizendo que  
147 após a dissolução procurou a SDS através de e-mail mas não foi apresentada  
148 nenhuma resposta. Informou que assim que assumiu cadeira no Conselho  
149 Estadual de Assistência Social – CEAS questionou sobre esse assunto onde foi  
150 orientada a procurar a Diretoria de Direitos Humanos, mas na época estava sem  
151 diretor/a. Ludmila (SES) concluiu sugerindo que fossem resgatados todos os  
152 documentos arquivados na SDS para que assim fosse dada continuidade aos  
153 trabalhos em andamento. A palavra é passada para o convidado Daniel Paz dos  
154 Santos ( Movimento Nacional da População em situação de rua) que iniciou seu  
155 relato mencionando a instituição da Política Nacional para a População em  
156 situação de rua e o Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento  
157 por meio do Decreto nº 7.053 de 2009 e a partir desse momento foram se  
158 organizando e criando os Comitês Municipais e Estaduais. O convidado  
159 complementou seu relato dizendo que em 2016 foi criado o Comitê Municipal de  
160 acompanhamento e monitoramento de Florianópolis, reiterou a fala da Ludmila  
161 (SES) dizendo que houveram algumas reuniões do Comitê Intersetorial e a lei  
162 estaria sendo encaminhada a Assembleia Legislativa de Santa Catarina – ALESC  
163 para criação do referido Comitê na época. Daniel (Movimento Nacional da  
164 População em situação de rua) expôs as dificuldades enfrentadas pelas pessoas

165 nessas condições, mencionou as diversas denúncias feitas, em diversos órgãos  
166 porém muito pouco havia sido executado. Concluiu pedindo apoio ao CEDH em  
167 relação a retomada das atividades do Comitê Intersetorial. A palavra é passada  
168 ao Fabrício (Acontece) que sugeriu reativar as Comissões dentro do Conselho  
169 trazendo outras instituições como colaboradores, fazer o levantamento dos  
170 documentos do Comitê além de solicitar informações a SDS acerca da inclusão  
171 da população em situação de rua no auxílio emergencial, como poderia estar  
172 sendo feita a inclusão dessas pessoas no Cad Único. Ludmila (SES) lembrou que  
173 muitas dessas pessoas não tem nem o conhecimento dos seus direitos, citou o  
174 bolsa família, e; concluiu dizendo que apesar de todo o sistema apresentar  
175 problemas de operacionalização, o Cad Único seria a única forma de contabilizar  
176 essa população. A palavra é passada para Fabiana (SDS) que informou ter  
177 conversado com a Secretária do Conselho Estadual de Assistência Social -  
178 CEAS, Patrícia Gasparetto, acerca do assunto assim que teve conhecimento da  
179 pauta. Continuou seu relato dizendo que a Karina Euzébio, na época diretora de  
180 direitos humanos – DIDH, havia comentado com as gerentes acerca desta  
181 demanda que havia chegado a diretoria porém nada havia sido encaminhado.  
182 Então foi retomada conversa com a Secretária do CEAS e a partir disso foi  
183 verificado o processo, no qual consta documento perguntando a DIDHem relação  
184 a constituição do referido Comitê e o documento se encontrava na DIDH. Fabiana  
185 (SDS) concluiu seu relato dizendo que na semana anterior havia assumido uma  
186 nova diretora e, se comprometeu a conversar com a mesma em reunião, na  
187 sequência desta, comunicando que seria uma demanda do CEDH para que  
188 pudesse estar sendo respondida. Finalizou sugerindo que fosse criada uma  
189 Comissão para conversar com a diretora, as pessoas com maior envolvimento em  
190 relação ao tema. A palavra é passada para o Cláudio Márcio (SCC)  
191 quem manifestou-se favorável a utilização do Cad Único porém citou algumas  
192 limitações apresentadas pelo sistema. Por fim, Cláudio indagou acerca do  
193 regimento, se seria ajustado para aprovação ou discutido em outro momento.  
194 Cynthia (CDH Maria da Graça Braz) respondeu que seria melhor que todos  
195 tivessem conhecimento do documento para discutir a proposta em outro  
196 momento. A palavra é passada para Ludmila (SES) que apontou o Comitê como  
197 responsável por acompanhar o Cad Único em parceria com a SDS. Fabiana  
198 (SDS) propôs como forma de agilizar o processo que a resposta ao CEAS fosse  
199 encaminhada em cópia ao CEDH. Daniel (convidado) solicitou pedido de  
200 audiência com o governador e reiterou sua fala anterior que a proposta de lei de  
201 criação do Comitê estaria na ALESC, porém disse não se recordar com quem  
202 estava. **Encaminhamento: A mesa diretora ficou incumbida de elaborar**  
203 **documentos solicitando informações acerca do auxílio emergencial e**  
204 **cadastramento da população em situação de rua pedindo providências e**  
205 **legalização do Comitê Intersetorial** e monitorar para que esta política seja  
206 implementada. Nesse momento Maria del Camen (IMDH-UFSC) se colocou à  
207 disposição para ajudar o convidado explicando que teria acesso a deputada  
208 Luciane Carminatti, caso essa proposta de lei estivesse com a deputada. Cynthia  
209 (CDH – Maria da Graça Braz) indagou a todos se estavam satisfeitos com o  
210 encaminhamento do regimento interno para ser discutido em outro momento.  
211 Cláudio (SCC) sugeriu transigir nesse momento no que fosse necessário aprová-  
212 lo e depois melhorá-lo. A palavra é passada para Lucilene (CUT-SC) que se  
213 manifestou contrária a sugestão do Cláudio (SCC) e sugeriu que o documento  
214 fosse encaminhado aos conselheiros para leitura e depois colocar para  
215 aprovação. Nesse momento a palavra é passada para Celina (IGENTES)  
216 manifestou-se contrária a sugestão do Cláudio (SCC) com aprovação do  
217 regimento sem ter conhecimento do documento e lembrou que ainda não havia  
218 sequer sido empossados. Celina (IGENTES) argumentou que a divergência  
219 quanto a aplicabilidade da Constituição Estadual e, como uma lei não se

220 sobrepõe a esta, não poderia aprovar. Concluiu seu relato dizendo não caber ao  
221 CEDH, decidir, transigir ou interpretar de outra forma. Celina (IGENTES) sugeriu o  
222 encaminhamento do documento para leitura. Lúcia Haygert (IMDH-UFSC) sugeriu  
223 que a Comissão de Legislação aprofundasse o assunto e levasse um parecer  
224 para o pleno. **Encaminhamento item 4.3 com complementação de**  
225 **informações: a secretária enviará regimento interno, parecer da Associação**  
226 **dos Defensores Públicos de Santa Catarina – ADEPESC e parecer da**  
227 **Consultoria Jurídica da SDS – COJUR.** Dando continuidade a reunião foi  
228 iniciado o **ponto (4.2) questão indígena no estado.** Nasser(CDH Maria da Graça  
229 Braz) iniciou seu relato comentando sobre as discussões recentes quanto a  
230 questão do marco temporal, mencionando também o agravamento da situação  
231 indígena no estado em decorrência da pandemia. Concluiu indagando quais  
232 ações poderiam ser feita de forma concreta, sem ainda estarem nomeados, frente  
233 a urgência da discussão sobre o marco temporal assim como demais pautas que  
234 envolvem o avanço contra a população indígena no estado. A palavra é passada  
235 para o Fabrício (Acontece) que lembrou a inclusão dos povos quilombolas e  
236 sugeriu a elaboração de documento apoiando os povos indígenas e quilombolas.  
237 Cynthia (CDH Maria da Graça Braz) disse que a questão do marco temporal  
238 estava sendo bastante comentada nos jornais recentemente e o Supremo  
239 Tribunal Federal – STF estava julgando a validade ou não do marco temporal  
240 para demarcação das terras indígenas e quilombolas. Finalizou seu relato dizendo  
241 que o caso teve início em Santa Catarina. Lúcia Haygert (IMDH-UFSC) informou  
242 que o caso partiu do território dos Xokleng que estavam em Brasília. Lúcia relatou  
243 que o STF teria adiado o julgamento para o dia 30 de junho, mas não tinha  
244 certeza quanto a data. Acrescentou ao seu comentário demais projetos de lei em  
245 trâmite no Congresso Nacional que atacam a questão indígena, citou a  
246 Convenção da OIT, discutida na plenária anterior, a liberação de garimpo em  
247 terras indígenas e, por fim sugeriu a criação de Comissão específica para tratar  
248 das questões indígenas no estado. A palavra é passada para Fabiana (SDS) que  
249 informou existir na DIDH uma gerência de igualdade racial e imigrantes – GEIRI, e  
250 final do ano passado foi criado um grupo de trabalho (GT) composto pelo  
251 Ministério Público, Fundação Nacional do Índio (FUNAI), Conselho Estadual dos  
252 Povos Indígenas (CEPIIn) e UFSC, voltado mais para a questão da mobilidade  
253 dos povos indígenas em função do artesanato porém outros pontos seriam  
254 discutidos, sugeriu conversa com a gerente Regina (GEIRI/SDS) ou a inserção  
255 desta no grupo a ser criado. Cynthia (CDH Maria da Graça Braz) sugeriu  
256 publicizar nas mídias e elaborar nota dirigida ao STF fazendo essas  
257 reivindicações. Lúcia Haygert (IMDH-UFSC) informou que estaria acompanhando  
258 essa questão por meio das lideranças indígenas em virtude da sua formação em  
259 antropologia. Ana Ludvig (CDH Brusque) comentou ter participado de algumas  
260 reuniões do CEPIIn em virtude de projeto do MNDH que trata da venda do  
261 artesanato pelos indígenas em tempos de pandemia. Complementou seu relato  
262 mencionando o desenvolvimento de um trabalho voluntário para ser criado um  
263 *site* para divulgação e comercialização desses artesanatos. Por fim, comentou  
264 que as reuniões do CEPIIn aconteciam de forma frequente com participação de  
265 representantes dos territórios indígenas, Empresa de pesquisa agropecuária e  
266 extensão rural de Santa Catarina – EPAGRI, da Fundação Nacional do Índio –  
267 FUNAI e, apontou o governo federal como o maior problema, em virtude do  
268 desprezo pelas questões indígenas. Ana (CDH Brusque) sugeriu realização de  
269 reunião conjunta com o CEPIIn. Lucilene (CUT-SC) sugeriu dialogar com o  
270 Conselho Nacional de Direitos Humanos – CNDH lembrando que a questão  
271 indígena seria um problema nacional. Maria delCamen (IMDH-UFSC)  
272 complementou a fala da Lucilene (CUT-SC) dizendo se tratar de um projeto  
273 político de extermínio dos povos indígenas e, que essa seria uma questão que  
274 abrangia a América Latina. O ponto de pauta foi concluído com informe da senhora

275 Yara Hornke (Comissão Permanente de Monitoramento de Violações em Direitos  
276 Humanos) membro integrante de *Rede de articulação dos povos da terra*, que  
277 pediu apoio para levantamento de recursos às delegações indígenas que estavam  
278 em Brasília. Dando continuidade foi iniciada discussão dos **pontos (4.4) e (4.5)**,  
279 que foram unificados. Fabrício Gastaldi (Acontece) iniciou seu relato dizendo ter  
280 tido conhecimento, há duas semanas, que havia projeto de lei na ALESC que  
281 propunha a proibição de gênero neutro. Continuou seu relato fazendo uma breve  
282 explicação dos termos neutros que, inclusive, encontram-se presentes na língua  
283 portuguesa. Retomou acerca do projeto de lei, informando que já havia tramitado  
284 pela ALESC, passando pelas comissões e, decretado pelo governo do estado.  
285 Fabrício Gastaldi (Acontece) fez uma relação da proibição em questão com  
286 palavras de origem estrangeira, como por exemplo: *lockdown*, utilizada na norma  
287 culta. Informou que o movimento LGBT estava se mobilizando nacionalmente  
288 perante a justiça. Complementou seu relato sugerindo tentativa de diálogo com o  
289 governador Moisés para retirar o decreto e, comentou acerca de tentativa no  
290 estado de aprofundamento da violência contra a população LGBT. Com isso,  
291 Fabrício (Acontece) sugeriu uma tentativa de sensibilizar o governo do estado  
292 para implantação de medidas educacionais em relação a violência de gênero  
293 LGBTI mas descreveu o governo como “*anti-ciência, anti-direitos humanos e anti-*  
294 *feminista*” fatores que, de acordo com Fabrício (Acontece) poderia gerar  
295 dificuldades de diálogo. Por fim, informou sobre projeto de lei nº 0213 proíbe a  
296 publicidade sobre diversidade sexual e gênero para crianças e adolescentes no  
297 estado. Ludmila (SES) reiterou fala inicial do Fabrício (Acontece) que talvez tenha  
298 sido uma má informação que levou o governador a emitir o decreto e, lembrou  
299 que foi o governador Moisés que emitiu decreto acerca do nome social. Concluiu  
300 seu relato expondo sobre as dificuldades de acesso dessas populações à saúde,  
301 citou o ambulatório trans em Florianópolis, ea luta dos profissionais de saúde em  
302 relação ao acesso dessas pessoas. Ludmila (SES) mencionou o tema em  
303 discussão como um retrocesso na educação, pois, as pessoas não veriam as  
304 outras formas de ser. Maria (IMDH-UFSC) disse que vê o decreto como uma  
305 provocação, pois já existem normas de elaboração de documentos, não  
306 necessitando adotar novas regras para redigi-los. Concluiu explicando que seria  
307 uma forma do Governador se apresentar como candidato a reeleição e assegurar  
308 os votos dos conservadores. Cynthia (CDH Maria da Graça Braz) disse que o  
309 governador estava “ *sinalizando por uma opção errada insistindo no que foi feito*  
310  *inicialmente na gestão dando vazão a uma horda ensandecida que quer: tradição,*  
311  *família e propriedade*”. Concluiu manifestando sua opinião que seria emitir nota  
312 pública desqualificando o decreto pedindo o *desdecreto* e, atribuiu o documento  
313 como: inexequível, sem sentido e com conteúdo político extremamente  
314 pernicioso. Cynthia (CDH Maria da Graça Braz) lembrou da revisão do Programa  
315 Nacional de Direitos Humanos – PNDH 3, que seria o ponto onde o governo quer  
316 chegar. Nesse momento Cynthia (CDH Maria da Graça Braz) passou a palavra  
317 para o Fabrício (Acontece) que indagou as professoras representantes do IMDH  
318 para indicarem uma linguista que pudesse ajudar a fundamentar o documento a  
319 ser encaminhado ao governo. Maria del Carmen (IMDH-UFSC) respondeu de  
320 forma afirmativa. **Encaminhamento: Elaboração de nota pública com o auxílio**  
321 **de uma linguista para o governo do estado solicitando uma audiência.** Maria  
322 del Carmen (IMDH) disse que este problema não seria apenas de uma parte da  
323 sociedade, no caso a população LGBT, mas de todas as pessoas. Concluiu  
324 apontando ser um problema de Direitos Humanos, a própria dignidade e a própria  
325 autoidentificação. Celina (Igentes) comentou que abriria margem para  
326 perseguições e abertura de processos contra professores, funcionários públicos, e  
327 demais. Nasser (CDH Maria de Graça Braz) complementou as falas anteriores  
328 lembrando que foi desconsiderado o caráter da língua viva, da importância desta  
329 e da construção linguística, salientadas pelos especialistas, como não estática.

330 Cynthia (CDH Maria da Graça Braz) antes de finalizar a reunião sugeriu que o  
331 **item (4.7) acerca da violência contra os movimentos populares**, ficasse para  
332 a próxima pauta. Lucilene (CUT-SC) que propôs o debate, concordou. A reunião  
333 foi finalizada pela Cynthia (CDH Maria de Graça Braz) que passou a tarefa das  
334 próximas reuniões a nova mesa diretora. Eu, Manuela Brandão da Silveira  
335 Ribeiro, lavrei a presente ata, e juntamente a Fabrício, presidente do CEDH/SC  
336 assinamos.